



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

A RELAÇÃO DE ENTES GOVERNAMENTAIS COM A ORGANIZAÇÃO AUTOGERIDA CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER - MULHERES MIRABAL ENTRE VAZIOS INSTITUCIONAIS: RELAÇÕES SIMBIÓTICAS, ANTIBIÓTICAS OU MUTUALISTAS?

CLÁUCIA PICCOLI FAGANELLO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

ROSIANE ALVES PALACIOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

LUZIA MENEGOTTO FRICK DE MOURA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

EDIMARA MEZZOMO LUCIANO

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A RELAÇÃO DE ENTES GOVERNAMENTAIS COM A ORGANIZAÇÃO AUTOGERIDA CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER - MULHERES MIRABAL ENTRE VAZIOS INSTITUCIONAIS: RELAÇÕES SIMBIÓTICAS, ANTIBIÓTICAS OU MUTUALISTAS?

1 INTRODUÇÃO

A ausência de instituições especializadas para cuidar dos assuntos referentes à violência contra a mulher e de políticas públicas efetivas de combate a esse problema é uma realidade no Brasil e no mundo (OLIVEIRA e MAIO, 2016). Como agravante, ainda temos o fenômeno da invisibilidade, pois grande parte dos casos não são notificados e nem contabilizados para um adequado enfrentamento (VIANA et al., 2018). A Lei Maria da Penha trouxe avanços e conquistas para o caso brasileiro e foi um divisor de águas para trazer o debate para a sociedade, porém os mecanismos de enfrentamento à questão da violência contra a mulher previstos ainda carecem de adequação, manutenção e alguns mecanismos de criação em número suficiente para atenderem a integralidade de casos (BRASIL, 2006). No Brasil, segundo relatório da Secretaria de Transparência do Senado Federal, uma em cada cinco mulheres relatam já terem sofrido algum tipo de violência, independentemente da idade, da renda e do nível de escolaridade (SENADO FEDERAL, 2015).

A partir do fenômeno explicitado anteriormente, pode-se dizer que se formou um vazio institucional em relação às políticas públicas para mulheres e organizações da sociedade civil. Os vazios institucionais são estudados por diversas áreas, como a economia, a sociologia, a política e a antropologia. Para esse trabalho, optamos pela concepção adotada por Hajer (2003) que aproxima os vazios institucionais ao tema das políticas públicas, analisando os vazios como um espaço que oportuniza novas dinâmicas de relações de poder e de organização de processos, não somente internos à gestão pública, mas também de organizações que se relacionam com o tema. Nesse sentido, novas formas de organizações ganham espaço para se desenvolver. Entre essas organizações, algumas buscam formas organizativas que desafiam o *status quo*, buscando junto ao trabalho que desempenham para suprir a ausência de políticas públicas, terem gestões mais horizontais, sem hierarquia e com papel político definido. Esse é o caso da organização escolhida para este trabalho.

Assim, considerando o exposto, este artigo pretende compreender como espaços autogeridos tem sido uma resposta às lacunas geradas por vazios institucionais, os quais são consequência da ausência de políticas públicas em determinados campos. Especificamente, o artigo aborda vazios institucionais gerados pela ausência políticas públicas para o acolhimento de mulheres vítimas de violência, que se organizaram em uma ocupação urbana de mulheres estruturada como uma organização-contra hegemônica. O objetivo geral do artigo é compreender como a autogestão de uma ocupação urbana de mulheres tem atuado para responder ao vazio institucional de políticas públicas para mulheres. Para tal, optou-se pelo estudo de caso único da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal, de Porto Alegre/RS, usando como técnicas de pesquisa a análise documental, a observação não participante e entrevistas em profundidade. A Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal, surge como uma ocupação urbana, que se destinou a suprir um vazio institucional de espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência, ao mesmo tempo que visou chamar a atenção para a necessidade de políticas públicas que lidem com a realidade das mulheres. Conforme concluiu Cordeiro (2017, p. 287) há uma “discrepância entre o que foi formulado e o que tem sido implementado nas casas-abrigo”. E a forma que este espaço escolheu para se organizar foi a autogestão.

O presente trabalho se estrutura nas seguintes seções: inicialmente, será descrito um breve relato sobre o caso escolhido. Em seguida, traremos o referencial teórico base para a construção do trabalho. Na sequência, serão apresentados os resultados e considerações finais do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os vazios institucionais refletem situações em que os arranjos institucionais não permitem o pleno funcionamento do mercado, o que acarreta diversos desajustes decorrentes da falta de ação (ou ação incompleta, ou desempenho insatisfatório) e atores sociais, em um sentido amplo (HAJER, 2013). O termo foi utilizado pela primeira vez no início dos anos 1980, discutindo que a ausência de ações por diversas organizações poderia colocar em risco operações de fundos de investimento em países em desenvolvimento (GAO et. al., 2017). Assim, os vazios institucionais ocorrem quando se abre um espaço de incerteza perante o modelo vigente organizacional já estabelecido, reflexo de mudanças macroeconômicas e sociais, que acabam por impactar o seu modo de funcionamento ou as normativas que a regulam (GAO et. al., 2017). No setor privado, a preocupação é de que estes vazios institucionais podem aumentar os custos de transação, na medida em que algum ator público deixa de fazer um papel a ele reservado, ou o faz de maneira simplificada (GAO et. al., 2017). Por exemplo, investimentos em infraestrutura, os quais em geral demandam muitos recursos e dependem de mudanças de regulamentações de um setor podem apresentar riscos mais elevados se o setor público não fizer o que lhe cabe no acordo. Mair e Marti (2009) ressaltam que os estudos sobre vazios institucionais têm grande foco em atores que detêm mais poder, como governos e empresas, esquecendo os atores com menos poder, mas que também tem um papel importante na manutenção do tecido social.

Quando se olha para os vazios institucionais no setor público, pode-se identificar outros fatores que permeiam esse vácuo, principalmente questões políticas e de tomadas de decisão. No setor público, vazios institucionais representam espaços onde atores públicos deixam de cumprir com determinados papéis, seja porque não há previsão legal específica ou mesmo porque há uma decisão deliberadamente de não cumprir com o previsto em lei (e falta de sanções por mecanismos reguladores da ação pública) (HAJER, 2013). Quando estes vazios institucionais surgem, outros atores precisam buscar medidas para compensar esta falta de ação dos entes públicos. Inovações sociais e organizações autogeridas são duas formas utilizadas neste cenário.

Em relação à inovação social para suprir vazios institucionais, Agostini (2017, p. 17) considera que é importante identificar os diferentes atores que participam de iniciativas de inovação social e como estes se organizam para solucionar os vazios institucionais. A autora parte do pressuposto que “múltiplos atores participam de iniciativas de inovação social, em diferentes contextos sociais, para preencher vazios institucionais”, se alinhando ao estudo de Mair e Marti (2009). Uma forma de atuação governamental frente a problemas sociais é a formulação e aplicação de Políticas Públicas (PP). Elas, por sua vez, podem ser apreciadas de diversas formas, levando-se em consideração seu propósito, os atores que as formulam e a forma como são elaboradas. As PP estão ligadas com as decisões e ações que os governos elaboram para lidar com um problema social, sendo importante a visão holística de atuação de uma PP, ou seja, levar em consideração indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses (SOUZA, 2006). Assim, quando se fala em PP de combate à violência contra a mulher, por exemplo, entende-se que o poder público percebe essa questão como um problema social e, por esse motivo, cria e executa ações que lidem com esse problema considerando seu contexto e os atores envolvidos.

É importante ressaltar que a não decisão de lidar com um problema social também gera efeitos tanto quanto uma ação concreta contra um determinado público. Para esse tipo de observação, é necessário observar dois casos: quando há uma não decisão clara, ou seja, quando há evidências de que os entes envolvidos na tomada de decisão escolheram não agir; e quando o problema social possui muitas controvérsias, sendo difuso o entendimento sobre o problema ser social – e, por consequência, de responsabilidade do estado ou não (ROSA et. al, 2021). Assim, pode-se inferir que uma não decisão realizada de forma deliberada, ou seja, que poderia ser decidida, mas que (estrategicamente) não ocorre, leva à geração de uma instabilidade institucional, desregulando e desregulamentando uma estrutura. Conforme Hajer (2013), isso abre espaço para uma nova forma política e de relações políticas dentro dessa lacuna que se estabelece, ficando indefinidas as regras do jogo. Ao mesmo tempo que esse vazio institucional gera espaço para mudanças em nível governamental, também há impacto social. Uma forma de resposta é o surgimento de movimentos da sociedade civil organizada, com suas próprias estruturas e modos de gestão. Destacam-se os modelos organizacionais coletivos. Alguns exemplos são as cooperativas e associações, que podem trazer modelos diferenciados de hierarquia e divisão de tarefas (MISOCZKY; SILVA; FLORES, 2008).

Neste trabalho, o destaque é para as organizações autogeridas. Santos e Rodriguez (2002) propõem que a autogestão é uma modalidade de gestão alternativa, oriunda das iniciativas de cooperativismo e economia solidária, as quais são formas de economia não capitalista que surgiram para responder aos reflexos do capitalismo. A autogestão também pode ser entendida como uma prática organizacional horizontal, em que as decisões são tomadas de formas coletivas, não há hierarquia clara, cargos temporários e revogáveis a qualquer tempo, instâncias explícitas de tomada de decisão (MISOCZKY; SILVA; FLORES, 2008). Assim, a autogestão tenta quebrar com a lógica dominante organizacional hierárquica, com papéis definidos e outras formas de diferenciação de níveis.

Isso não significa dizer que todas as empresas que não são autogeridas são, necessariamente, locais em que não se ponderam questões como ambiente, relações sociais e formas econômicas de melhor distribuição de renda (LISBOA, 2005). Contudo, é perceptível que modelos organizacionais horizontais proporcionam um espaço de maior participação, colaboração, destoando do modelo burocrático estatal, rígido e racional.

A partir dos arranjos institucionais e dos vazios que a não-presença da instituição estado causa, outros arranjos de gestão de políticas públicas passam a ser possíveis. Kauchakje (2008) considera que a gestão das ações sociais públicas, por exemplo, ocorre a fim de garantir direitos, propondo ainda que os movimentos sociais são basilares na definição das demandas por esses direitos. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo analisar uma organização da sociedade civil que atuou nesse vazio institucional de políticas públicas através de um modelo organizacional contra hegemônico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de recorte qualitativo, utilizou como método de pesquisa o estudo de caso único (STAKE, 1995), entendendo a compreensão do caso como instrumental e seguindo o proposto pelo autor, o qual considera a possibilidade de analisar um fenômeno por meio de um estudo de caso, único ou múltiplo. Esse foi um estudo interpretativo e indutivo para entender um fenômeno organizacional, conforme Corley e Gioia (2004). O caso em questão é a Casa de Acolhimento da Mulher - Mulheres Mirabal, que se estruturou a partir de uma ocupação e que optou por um modelo contra hegemônico de organização. Este caso foi escolhido pois é um caso modelo ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS. Entendeu-se que este é um caso especial em toda sua construção, pelo seu processo de formação e modelo de

atuação e, por esse motivo, escolheu-se trabalhar com este único caso. A fim de facilitar a análise e discussão, quando o caso for referido, ele será identificado como a Casa.

Como técnicas de coleta de dados, foram utilizadas a observação não participante e entrevistas semiestruturadas em profundidade. A observação não participante foi realizada para que fosse possível entender a dinâmica de funcionamento do espaço e, também, fazer uma melhor apreciação das entrevistas realizadas. As entrevistas semiestruturadas em profundidade foram realizadas para melhor entender o processo de organização conforme a visão das gestoras do local. Os dados foram coletados no período de 27.11. 2021 a 29.06.2022. Detalhes das coletas serão apresentadas a seguir. Estas formas de coletas de dados foram inspiradas no modelo de estudo de caso realizado por Corley e Gioia (2004).

Foram realizadas seis entrevistas, sendo cinco com gestoras da Casa e uma coordenadora nacional do Movimento de Mulheres Olga Benário. As gestoras identificadas são todas as mulheres que se reúnem semanalmente para discutir os assuntos da casa, definir diretrizes, resolver problemas e também são as cinco mulheres que se revezam para que sempre tenha uma gestora na Mirabal. A coordenadora nacional do Movimento Olga foi ouvida por ter conexão direta com as diretrizes políticas da Casa, que sempre estão alinhadas com as diretrizes do Movimento de Mulheres Nacional, além disso, trouxe uma visão de quem acompanha a casa e o trabalho, mas não vivencia o dia a dia. Todas as entrevistas foram gravadas com a autorização das participantes e, posteriormente, foram transcritas de forma natural, para manter as características e peculiaridades de cada fala (Nascimento e Steinbruch, 2019). Ao todo, foram gravadas 351 minutos e 36 segundos, o que gerou 65 páginas de transcrição. Optou-se por realizar uma entrevista bem exploratória e ampla, utilizando como referência o estudo de caso de Corley e Gioia (2004).

A observação não participante ocorreu em dois eventos públicos promovidos pela Casa, quais sejam, a festa de cinco anos da ocupação do primeiro prédio, que também comemorou o início dos trabalhos de acolhimento, chamada de “5 anos de resistência”, ocorrida no dia 27 de novembro de 2021 e a sessão de Lançamento do minidocumentário “Mirabal, um foco de resistência”, onde após a exibição do filme houve um debate com as gestoras da casa e convidadas. Além desses dois espaços, foram realizadas quatro visitas à Casa, com duração média de um turno cada, para observar o funcionamento, fazer o registro fotográfico do ambiente (mediante autorização das gestoras) e compreender melhor o trabalho desenvolvido. Na oportunidade de uma das visitas, foi observada uma reunião remota das gestoras da casa com a Procuradoria do Município de Porto Alegre.

Para a análise dos dados, optou-se pela realização da Análise Temática (BRAUN e CLARKE, 2006), na busca das principais temáticas que o caso pode dispor. Neste trabalho, especificamente, buscaram-se dados sobre o vazio institucional e a forma de gestão da Casa, realizando-se, assim, uma análise teórica, ou seja, buscando dados sobre um tema específico da literatura. Isso não impede que novos temas que extrapolem o Referencial Teórico não sejam considerados, pelo contrário, isso ajuda a ampliar a literatura sobre o tema. Com isso, foram realizadas as codificações iniciais após as transcrições serem realizadas, depois os materiais foram repassados em debates coletivos entre os autores. Cabe destacar que cada uma das pesquisadoras avaliou duas entrevistas. Posteriormente, as transcrições e análises foram compartilhadas e, assim, buscou-se identificar os temas emergentes.

4 CASO ESTUDADO: CASA DE REFERÊNCIA DA MULHER – MULHERES MIRABAL

A Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal surge através de uma ocupação de um prédio privado que não estava cumprindo sua função social, localizado no centro de Porto Alegre – RS em 25 de novembro de 2015. Importante ressaltar que o nome da ocupação

é em homenagem as três mulheres latino-americanas, as irmãs Mirabal, que foram violentamente assassinadas, em 1960, por lutarem contra a ditadura de Rafael Trujillo na República Dominicana. Em 1999, a Assembleia Geral da ONU reconheceu o dia 25 de novembro, para homenagear a luta das irmãs Mirabal e celebrar o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

A ocupação foi realizada na madrugada por um grupo de aproximadamente 100 mulheres pertencentes ao Movimento de Mulheres Olga Benário e tinha como objetivo chamar a atenção da sociedade para o descaso, a ausência de políticas públicas e a falta de espaço para abrigar mulheres vítimas de violência. A propriedade, pertencente ao Irmãos Salesianos, estava sem uso por mais de quatro anos e no dia seguinte à ocupação já passou a receber mulheres vítimas de violência, que não tinham para onde ir e ao verem na mídia sobre a possibilidade do novo local, logo passaram a utilizar a ocupação como referência de local seguro para elas e seus filhos (GUIDA e DO CARMO, 2019).

Em poucos dias, o processo de reintegração de posse por parte dos Salesianos estava protocolado, porém o que ninguém esperava era que a Ocupação Mulheres Mirabal repercutisse tanto e em pouco dias fosse tão buscada por mulheres vítimas de violência. O reconhecimento foi se consolidando e os órgãos públicos, carentes de espaços de acolhimento para mulheres vítimas de violência, passaram a encaminhar mulheres para a Mirabal. A mídia também começou a dar visibilidade para a ocupação que rapidamente se tornou um espaço de referência no centro de Porto Alegre. Houve uma tentativa de reintegração de posse, que não ocorreu, porém gerou uma significativa vigília da comunidade e apoiadores no entorno do prédio ocupado.

Para tentar a solução do impasse, foi criado o Grupo de Trabalho Mirabal (GT Mirabal) criado em 21/09/2017, em reconhecimento ao trabalho que vinha sendo realizado pela Mirabal desde 2016, tendo como membros o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Município de Porto Alegre, o Ministério Público, a Defensoria Pública do Estado e representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário. O GT Mirabal teve como objetivo unir esforços do Poder Público para que o serviço prestado na Ocupação Mulheres Mirabal (sob iminente risco de reintegração de posse), pudesse se efetivar na forma de um Centro de Referência para Mulheres, para atender aquelas que tenham sido vítima de violência, num contexto social de absoluta carência de tal espécie de projetos públicos e privados de atendimento, tanto no Município de Porto Alegre, como no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse GT foi tão relevante, pois em 27/09/2017, como resultado da instauração do Grupo de Trabalho, o Município de Porto Alegre e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, conjuntamente e de forma solidária, protocolaram petição junto ao processo de reintegração de posse que a Ocupação Mirabal é parte (Processo nº 001/1.16.0156614-0), pedindo a suspensão do cumprimento do mandado de reintegração de posse até o mês de maio de 2018, prazo para os entes públicos envolvidos buscarem outro imóvel adequado para a continuidade das atividades que hoje são realizadas no prédio objeto da presente demanda.

Em diversas ocasiões o GT reconheceu publicamente os serviços prestados pela Ocupação Mulheres Mirabal e, durante toda a sua vigência, realizou uma série de reuniões para tratar de como dar continuidade ao serviço, ceder um imóvel público ao movimento e também a realização de visitas a diversos imóveis passíveis de serem transformados no Centro de Referência Mulheres Mirabal.

Uma das exigências por parte do município para o seguimento dos trabalhos, foi a criação de uma Associação por parte do Movimento de Mulheres Olga Benário, essa passível de contratualizar com o Município de Porto Alegre, via Fundação de Assistência Social e Cidadania, a qual esteve presente em todas as reuniões do grupo e reconheceu o atendimento realizado pela Ocupação Mirabal já como parte da rede de assistência à violência contra mulheres no Município de Porto Alegre. Esse fato é tão evidente na rede de assistência, que a

Delegacia da Mulher (DEAM) encaminhou, até a recomendação contrária por parte do Ministério Público em 2021, mulheres vítimas de violência a Ocupação para abrigo.

Assim, surgiu no GT como uma das possibilidades de imóvel público a ser cedido ao Movimento, o prédio anexo em que funcionou até o ano anterior a Escola Benjamin Constant, o qual foi visitado pelo Movimento junto a representantes do GT no dia 12/06/2018. Na reunião realizada no dia 30/05/2018, representante da Prefeitura de Porto Alegre declara que a Escola Benjamin Constant foi visitada e é “uma boa alternativa para resolução do caso”. A partir dessa definição, no dia 25/06/2018, o Movimento apresentou em reunião do GT uma Carta de Aceite referente ao imóvel oferecido conjuntamente pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Porto Alegre.

Na reunião seguinte do Grupo de Trabalho, realizada no dia 13/07/2018, estavam presentes representantes da Secretaria de Modernização e Recursos Humanos, Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, Procuradoria Geral do Estado, Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre - Diretoria de Direitos Humanos e Fundação de Assistência e Cidadania, além de representantes da Ocupação Mirabal. Nessa, em reconhecimento a todos os esforços e ao trabalho realizado, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul realizou a tradição do imóvel construído por ele sobre terreno do município, fazendo a entrega das chaves, no ato, ao Município de Porto Alegre. Importante destacar que na devolução do imóvel, consta em manifestação do Estado, primeiro, que não há destinação prevista ao referido imóvel por parte do Estado do Rio Grande do Sul e, depois, que a designação do imóvel deve ser para a prestação de serviço de mulheres vítimas de violência e que essa designação é a contrapartida que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul exige como compromisso do Município de Porto Alegre, o qual estava presente em todas as reuniões do Grupo de Trabalho e recebeu as chaves do referido imóvel em mãos durante a reunião.

Durante todo o período de funcionamento do Grupo de Trabalho, foi incansavelmente exposto pelo Movimento às suas reivindicações, salientando que a casa já abriga mulheres em situação de vulnerabilidade e suas crianças e explicitando o projeto de construção de um Centro de Referência para a mulher vítima de violência. Também se destaca a constituição de uma associação, já regular junto aos órgãos públicos cabíveis.

Após as infrutíferas negociações do GT Mirabal junto a Prefeitura e ao estado do Rio Grande do Sul e já tendo o prazo para desocupação do imóvel da Duque de Caxias se esgotado, novamente o Movimento de Mulheres Olga Benário sente-se na necessidade de ocupar o imóvel a ele prometido na Rua Souza Reis, 132. A ocupação do novo prédio, agora de propriedade pública, ocorreu no dia 07 de setembro de 2018 e desde então é nesse endereço que a Ocupação de Mulheres Mirabal atua, agora, já renomeada, devido aos processos de regularização com alguns órgãos públicos, de Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal.

Importante destacar que as ações por parte do município para a desocupação do imóvel não cessaram, muito pelo contrário, o processo judicial continua e as dificuldades para uma contratualização perduram. Um dos elementos que é destacado pelos órgãos públicos é que a gestão da Mirabal não segue os protocolos da assistência social, não tendo funcionárias remuneradas e nem profissionais fixas para a prestação dos serviços. A autogestão da Casa, que funciona há 6 anos, se mostra como um desafio para a rigidez com que os órgãos públicos estão acostumados a lidar. As últimas medidas que são importantes nesse contexto para compreensão do caso são duas. A primeira situação se refere a um pedido da Prefeitura Municipal para que os órgãos oficiais de encaminhamento de mulheres para abrigo deixassem de encaminhar mulheres para a Mirabal, isso em novembro de 2021, o que gerou uma redução no número de acolhidas na casa. O segundo ponto, tem relação com a manutenção da luz, pois a Prefeitura não paga a conta de luz daquele imóvel desde antes dele

ser ocupado e seguiu não pagando após a ocupação. Ocorre que a empresa pública que prestava o serviço de energia no estado do Rio Grande do Sul foi privatizada e a nova mantenedora do serviço de energia cortou a luz da ocupação, mesmo com recomendação da ONU-HABITAT de que a luz não pode ser cortada em ocupação urbanas por ser um direito fundamental. Assim, desde o final do ano de 2021 a Mirabal segue sem luz oficial, tendo somente alguns pontos cedidos pelos vizinhos, para manter ligada a geladeira e alguns outros eletrodomésticos e ter condições mínimas de subsistir.

Apesar de todos os entraves, a Mirabal segue resistindo após cinco anos e oito meses, abrigando mulheres e crianças vítimas de violência, num espaço diferenciado, autogerido e com funcionamento orgânico, que se adapta conforme a organização se consolida, as gestoras aprendem e as acolhidas necessitam.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados e das duas principais temáticas exploradas por esta pesquisa quais sejam: vazios institucionais e autogestão do caso, a análise consistiu no uso da literatura previamente existente com a associação dos dados que emergiram do campo.

A ocupação que dá origem à casa Mirabal surge em um contexto no qual, tanto a nível estadual quanto a nível federal, os arranjos de secretarias, ministérios e organismos públicos relacionados às políticas públicas estavam sendo descontinuados ou modificados, alterando também o foco da agenda no que tange às políticas públicas para as mulheres. Especificamente no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2016 (ano de criação da Mirabal) a opção do governo de fechar a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-RS) é citada pelas entrevistadas. O governo acabou alocando ações da temática de mulheres em subpastas de outras secretarias. Tal cenário de transição da criação de ações específicas para mulheres para fechamentos e mudanças são percebidos como acontecimentos que fornecem indícios do enfraquecimento da pauta das mulheres e da resultante geração de um vazio institucional no âmbito de políticas públicas para mulheres no estado (ROCHA, 2015). Percebe-se que a casa se origina em contexto de desassistência progressiva e persistente à questão das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil, com o agravante do caso específico aqui do RS.

A lógica de funcionamento do estado é a de garantir a oferta e o cumprimento dos direitos dos cidadãos. Kauchakje (2008) propôs que quando os serviços sociais se tornam deficientes ou quando as populações têm acesso dificultado aos serviços é quando o fato gerador ou agravador da vulnerabilidade social será manifestado. É papel do estado garantir a oferta de serviços sociais eficientes. Numa resposta ao vazio deixado pelo estado o movimento social entra em cena. Nessa linha, a proposta do movimento social visa chamar a atenção ao mesmo tempo que atua diretamente no problema, algo bem característico dos movimentos sociais: “Uma razão da importância dos movimentos sociais, evidentemente, é o vazio que eles preenchem em espaços nos quais o Estado e outras instituições sociais e culturais são incapazes de atuar pelos interesses de seus membros, ou não querem fazê-lo” (FRANK e FUENTES, 1989). Nessa linha, há uma atuação do movimento social, mas sem contrapartida do Estado.

Há um tempo considerável as instituições religiosas e outros tipos de organizações não governamentais vêm cumprindo o papel do estado de formulador e aplicador de políticas públicas em áreas como educação, assistência social e saúde. Tais iniciativas são, geralmente, percebidas como legítimas tanto pelo estado quanto pela sociedade. No entanto, quando é o movimento social que ocupa um espaço do vazio institucional do estado, o estigma do movimento social e a característica de politização são vistas como sinais de alerta. Mesmo

quando a iniciativa é feita em tratativas com os agentes do estado, a depender da ideologia e da agenda definida, corre o risco de ser prejudicada ou descontinuada.

A destinação de recursos, cedência de prédios ou permissões legais podem ser as ferramentas pelas quais a iniciativa que foge dos moldes tradicionais pode ser desarticulada ou mesmo extinta. Os fatores de legitimação, importantes para as instituições, estão presentes na medida em que a iniciativa é reconhecida tanto pelos canais de atendimento às mulheres vítima de violência (polícia militar, delegacia da mulher, Ministério Público, entre outros) que encaminham mulheres para acolhimentos, tanto para a sociedade que na omissão do estado passa a ajudar o sustento da casa a fim de que ela não seja fechada. Porém, para o poder executivo, a casa não detém legitimidade. Neste aspecto existem aspectos controversos.

A situação de pandemia teve reflexos para a questão da violência contra a mulher que também impactou a Mirabal. O ano de 2020 foi marcado tanto pelo fechamento de canais de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica quanto pelo aumento de casos de violência devido ao lockdown (ACNUR, 2020). A Mirabal criou então a rede Nise que conta com profissionais da psicologia para oferecer atendimento pontual a mulheres vítimas de violência que não conseguem atendimento no Sistema Único de Saúde, não possuem plano de saúde e não tem recursos financeiros para arcar com os custos de terapia particular. Esse esforço se soma as demais redes de apoio que a Mirabal já possui, com profissionais da assistência social e da advocacia.

Além disso, para questões de manutenção da casa, e corroborando para o estímulo da autonomia das acolhidas, a Mirabal desenvolve o projeto “Quitutes Mirabal”, que apareceu nas entrevistas como uma forma importante de manter as acolhidas ocupadas e estimular o desenvolvimento de uma habilidade que possa gerar autonomia financeira para as mulheres quando estiverem em condições e seguras para deixar a Casa.

Aqui, em diversas entrevistas surgiu a questão do tempo, pois a Mirabal não determina um tempo mínimo e nem máximo para a permanência das mulheres na casa, considerando que cada caso é único e tem desenrolares próprios, os quais a casa de acolhimento deve respeitar, dando oportunidades para a geração de autonomia da mulher, estudando, trabalhando e colaborando para seu autodesenvolvimento. Esse ponto marca um dos diferenciais da forma de gestão da casa para os serviços que o estado oferece de acolhimento, normalmente com prazo para saída já determinado na entrada da acolhida.

A temática da autogestão foi englobada nos relatos das cinco entrevistas com as gestoras da casa. Essa modalidade de gestão figura como a melhor maneira de confrontar os desafios enfrentados pela organização de maneira cotidiana pois a estrutura da casa demanda certa flexibilidade para que possa lidar com as demandas. Uma estrutura de gestão mais fechada poderia comprometer o fluxo das ações de gestão. O funcionamento da casa está baseado em um rodízio/escala de atuação das gestoras que são mulheres voluntárias que atuam profissionalmente em outras áreas. Deste modo, quando uma das gestoras não pode atender a contingência, uma das outras é acionada. A rotatividade das mulheres que trabalham na casa é baixa, sendo que de todas as gestoras atuantes no momento, somente uma ingressou na gestão no último ano, todas as demais gestoras já fazem parte da organização desde o início da ocupação.

Cordeiro (2017) traz um fator relevante sobre a gestão das casas-abrigo, pois mostra que “em cada casa as profissionais têm formas particulares de atuação com as usuárias, ainda que haja práticas norteadoras comuns”, um dos pontos muito criticados pelo poder público no caso da gestão da Mirabal é que as gestoras, por não serem parte da estrutura institucional não seguem as práticas previstas na legislação para o acolhimento das mulheres vítimas de violência. Importante a contribuição de Cordeiro (2017), pois mostra que mesmo dentro da rede institucional, cada casa tem formas particulares e próprias de atuação, muito resultado da

especificidade de cada caso, que muitas vezes não permitem uma gestão amarrada e um protocolo rígido.

A própria forma como a iniciativa atua diverge das demais casas de acolhimento estatais. O período em que cada mulher (e crianças) acolhida deve permanecer na casa não obedece a uma métrica em dias padronizados, mas demanda um olhar diferente a cada caso. Assim, o formato mais horizontalizado da gestão da casa, falando a nível operacional, proporcionou o entendimento das necessidades que as acolhidas possuem tendo em vista o contexto que o problema de violência à mulher traz. Nesse sentido, a casa de acolhimento se destaca por possuir horários mais flexíveis, permitir que os filhos e animais domésticos se mudem com a acolhida. Além disso, as mulheres acolhidas podem sair para trabalhar durante o dia, enquanto os filhos estão assistidos dentro da casa.

A casa, embora oriunda de um movimento social de mulheres, é vista como organismo independente. A independência foi sendo construída a partir dos rearranjos e das estruturas pelas quais a casa foi passando.

As gestoras possuem uma gestão, que após as entrevistas, podemos dizer que se subdivide em três níveis: estratégica: a nível de movimento organizado político; tática: em relação com outras instituições que formam a rede de apoio (CRAS, delegacias...) e operacional: gestão interna da casa, dia a dia, acolhimentos e autogestão. Isso foi um arranjo identificado pelo estudo, uma vez que se percebeu a flexibilidade da organização em relação a gestão para tratar com as instâncias da melhor forma possível. Apesar da deliberação da tomada de decisão da organização da casa seja em formato de assembleia, nos três níveis de gestão, há a necessidade da existência de papéis definidos para poderem representar perante instituições do poder público.

A nível tático, a Casa conta com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, que se encontram nos conselhos regionais de saúde e assistência social, na delegacia da mulher, nos postos de saúde públicos e outras instâncias do gênero. Isso demonstra uma atuação em rede, o que ajuda a Casa a disponibilizar serviços importantes para as acolhidas:

[...] a Mirabal não quer fazer nenhum serviço que o estado oferece, a gente quer compor os serviços que já existem e ao mesmo tempo cobrar para que esse serviço seja feito corretamente. Então, sempre que a gente puder encaminhar para serviços do estado e do município, a gente encaminha (gestora 3)

Aqui fica evidente que a disputa do movimento não é pela prestação do serviço em si, mas para que eles sejam feitos de forma efetiva e, enquanto houver necessidade, compondo junto ao movimento. Porém aqui temos um problema que já tem viés histórico no que se refere aos movimentos sociais, o preconceito e o medo estatal:

A questão de ser um movimento social de esquerda que é autogestão na Casa isso é muito malvisto por eles porque eles acham que se derem qualquer abertura para eu levar outros movimentos que são capazes de fazer a mesma coisa, esse sempre foi o argumento de que eles usaram para gente desde o início (gestora 3)

Na mesma linha, corrobora com essa visão o entendimento de outra gestora:

É claro a gente entende que não vem esse recurso do estado porque no momento que isso acontecer a gente vai ter um precedente no município, no país inteiro: um grupo, um movimento social que se coloca para, tem a coragem de fazer isso. Por que a violência né?

Contra pessoas sem teto, contra pessoa que ocupam são muito grandes no nosso país. Sem Terra então nem se fala. Então um grupo que faz isso e ainda consegue através disso estar dentro do estado é abrir um precedente muito grande e perigoso inclusive para a própria estrutura que a gente tem dentro do estado capitalista. Então quando isso acontecer será uma grande vitória, mas a gente percebe um pouco como de quão difícil vai ser o estado se dobrar pra tá dando recurso pro movimento social. (Gestora 1)

Ainda, quando perguntamos sobre a manutenção e o dia a dia da gestão da casa, a gestora 3 coloca que:

Então, ela consegue sendo autogestionada pelo movimento, né? A gente se divide entre as militantes e coordenadoras, a gente se divide em escalas, então sempre tem alguém na casa para dormir e ficar de tarde e tal e nesse período, assim, a gente faz o acolhimento. As mulheres entram em contato com a gente por e-mail ou pelas redes sociais mesmo, acontece muito desses contatos, os serviços também e a gente marca. Geralmente, quando é feito o acolhimento aqui na casa, é no período em que tem a assistente social e a psicólogo para conversar com essas mulheres (Gestora 3).

Aqui, podemos perceber que as instituições são o reflexo da sociedade e uma sociedade forjada em valores e crenças machistas pode refletir em instituições machistas assim como influenciar em quais âmbitos serão alvo de vazios institucionais. Isso fica ainda mais agravado quando quem opta por buscar ocupar esse espaço é um movimento social.

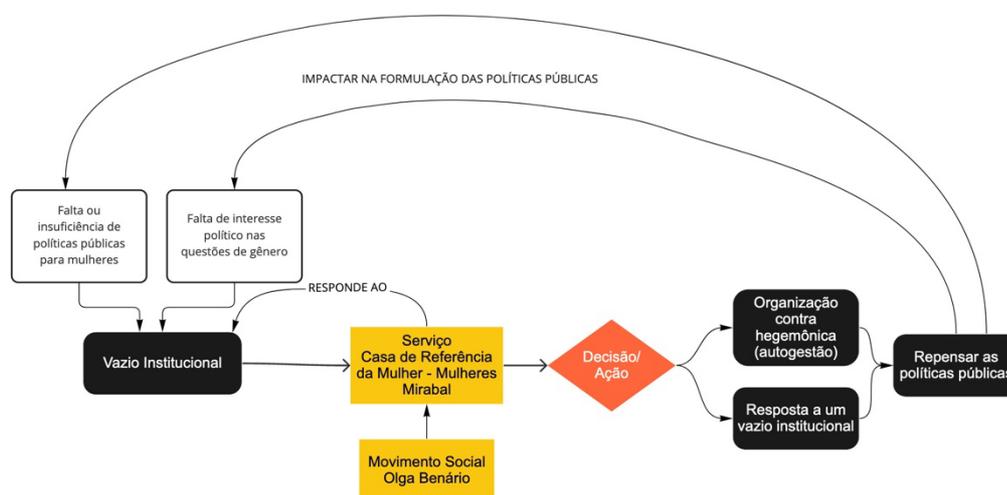
Um dos maiores diferenciais da Casa de Acolhimento Mirabal, identificado nas entrevistas, foi de que elas não se mantêm vinculadas a um único modo de realizar a política ou fazer os acolhimentos. Conforme as situações cotidianas do acolhimento vão acontecendo, todas vão aprendendo com os diferentes casos e mudanças vão sendo implementadas conforme as necessidades demandam.

Ao mesmo tempo que as gestoras estão atuando no vazio institucional de políticas públicas para mulheres vítimas de violência, por ser um espaço autogestionado, em que todas as decisões são tomadas nas reuniões de coordenação.

Em mais de um momento surgiram histórias do passado da casa que ensinaram as gestoras o como é o melhor e, segundo elas, esse é um diferencial que as acolhidas buscam. Nessa linha, o modelo de gestão é extremamente relevante para o sucesso do trabalho que vem sendo desenvolvido na Mirabal.

Na Figura 1 podemos compreender como espaços autogeridos, como é o caso da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal, se relacionam com os vazios institucionais e as políticas públicas. Aqui, os vazios institucionais, as políticas públicas e a autogestão estão representadas por retângulos pretos e se mostram elementos determinantes para compreender o caso da Mirabal. Pelos materiais analisados e pelas entrevistas realizadas podemos depreender que o vazio institucional é causado pela falta ou insuficiência de políticas públicas para mulheres somado a falta de interesse político nas questões de gênero, que no período analisado mostram retrocessos. Isso incita um movimento social, o Olga Benário, a tomar a decisão de realizar uma ação para ir além do somente pressionar por políticas públicas, mas criar um espaço que supra o vazio institucional, com uma gestão horizontal, alternativa e com características próprias (autogestão) que motive um repensar da forma de fazer políticas públicas para mulheres.

Figura 1 – Vazio institucional, políticas públicas e autogestão no caso da Casa de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal



miro

Fonte: elaborado pelas autoras (2022).

Assim, temos o primeiro achado da pesquisa, que apareceu em cinco das seis entrevistadas, que se refere a autogestão como melhor forma de lidar com o caos e demandas que exijam uma adaptação caso a caso, em detrimento do rigor de um protocolo único. Como um segundo achado, temos a relação da autogestão com o trabalho não remunerado, porém isso foi parcialmente suportado pelos dados, já que não sabemos e nem temos como auferir se a autogestão funcionaria com gestoras remuneradas e com dedicação exclusiva à organização.

Como um terceiro achado, nos parece que os atores públicos que deveriam zelar para os vazios institucionais não existissem acabam fazendo uso de uma instituição gerada para suprir o próprio vazio. Isso fica demonstrado, primeiramente, quando os próprios agentes públicos encaminham mulheres vítimas de violência para a organização contra hegemônica e autogerida. Esse achado também se sustenta pela evidência surgida de que os próprios órgãos públicos chamam as gestoras da Mirabal para fazerem palestras e capacitações para seus corpos técnicos, os quais seriam os responsáveis estatais por atender as mulheres vítimas de violência e não tem preparo para tal.

Como um quarto achado desta pesquisa, verificamos uma resistência da legalização da organização autogerida por parte do poder público ao mesmo tempo que não finalizam o serviço lá prestado e nem aumentam a rede estatal para dar conta da demanda. Nesse caso, o estado usa da organização surgida para suprir o vazio institucional e enquanto ela sobrevive, o estado se desresponsabiliza por pensar políticas públicas para solucionar o problema.

Um quinto achado é o receio por parte do poder público de criar um precedente de prestação de serviço público por parte de um movimento social. Uma das exigências do poder público era que a casa se regularizasse como uma organização social (OS) para poder contratualizar com a assistência social do município, porém mesmo após a regulação, a obtenção de um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) e das demais exigências do

município, como PPCI (plano de prevenção e proteção de combate a incêndio) e Alvará para funcionamento, a contratualização nunca ocorreu.

Um sexto achado do trabalho é que o corpo técnico do estado não tem autonomia para agir e nem para pensar políticas públicas, pois estão num nível de burocratas de rua, enquanto quem toma a decisão e detém a possibilidade de fazer uma política pública está afastado do serviço e da demanda. Isso fica demonstrado ao ponto que o próprio corpo técnico institucional, ao encaminhar mulheres para a Mirabal, necessita do movimento social que ocupa o vazio institucional para conseguir realizar o trabalho para o qual são designados pelo estado.

Isso tudo nos leva ao achado macro deste trabalho que se refere a quem deveria evitar o vazio institucional não o faz e convenientemente utilizada da estrutura que surge a partir deste vazio. Ainda, aguarda que a gestoras consigam dar conta da demanda que iria para o estado sem estrutura, recursos e remuneração, gerando uma relação com a sociedade civil e com o movimento social oposta a relação simbiótica que se espera.

Por mais que se testem estratégias antes de serem aplicadas, essas não conseguem prever todas as variáveis existentes. Sendo assim, conforme Hajer (2003, p. 186) coloca: “O mundo – ambiente e sociedade – é, nesse sentido, um laboratório da vida real. Ciência certamente leva a ‘mais’ conhecimento, mas à medida em que o conhecimento cresce, incertezas geralmente aumentam também”, ou seja, nem sempre as políticas desenhadas dentro da estrutura do estado ou nos moldes gerenciais conseguirão gerar as soluções mais adequadas aos problemas. Assim, o que a Casa de Acolhimento Mirabal apresenta é o conhecimento construído através de espaços alternativos de gestão e em contextos que a necessidade fala mais alto, precisando ser mais ágeis do que geralmente são os processos de formulação de políticas públicas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os vazios institucionais trazem impactos significativos para a realização de demandas sociais, isso somado à ausência de políticas públicas pensadas para dar conta da realidade e dos problemas que emergem e deixam a sociedade desassistida. O discernimento de como algumas questões que deveriam ser garantidas e resolvidas pelo estado é fundamental para melhor compreender o fenômeno dos vazios institucionais e das soluções que surgem da sociedade civil organizada, em especial as autogeridas.

Nesse sentido, construiu-se como objeto deste estudo a compreensão de como os espaços autogeridos tem sido uma resposta às lacunas geradas por vazios institucionais, esses consequência da ausência de políticas públicas específicas para um determinado campo. Através de um estudo de caso do Centro de Referência da Mulher – Mulheres Mirabal, organização alternativa e autogerida, com a realização de observação não participante e entrevistas em profundidade, foram encontrados alguns achados que ajudam a elucidar como a autogestão pode ser uma alternativa para a solução de problemas complexos desassistidos no todo ou em parte por políticas públicas e compreendidos como parte de um vazio institucional.

Questionamentos sobre a forma de gestão e organização da Mirabal, em especial nas questões relacionadas à gestão intraorganizacional e interorganizacional foram fundamentais para encontrar pontos que contribuem para a literatura e a prática das relações entre entes governamentais e movimentos sociais autogeridos. Para esse caso, os resultados apontam que o próprio estado que deveria evitar o surgimento de vazios institucionais e, no caso da existência desses, pensar como supri-los, acaba por usar, sem reconhecer, das estruturas sociais que surgem da sociedade civil organizada para suprir a ausência de políticas públicas e espaços de prestação de serviço público. Isso se confirmou no caso em análise, por um lado

pelo estado não reconhecer o trabalho realizado na Mirabal, enquanto, ao mesmo tempo que por deficiências nas políticas públicas para mulheres vítimas de violência e pela ausência de espaços adequados e em número suficiente para abrigo, encaminha vítimas de violência para a organização autogerida, sem estrutura adequada e com trabalho não remunerado que tanto critica.

Desta forma, esta relação entre entes públicos e a Mirabal, que deveria ser de simbiose, acaba por ser uma relação de antibiose. São, de fato, organismos de espécies diferentes, que poderiam atuar plenamente, com dependência mútua, em decorrência da função que cada um exerce no outro. Assim, a relação se baseia na antibiose, onde um organismo se associa a outro em detrimento deste segundo. Para além da simbiose, a relação deveria se basear em mutualismo, uma relação harmônica que beneficiaria a todos os envolvidos. Um dos organismos se constitui de atores formais com ação e atuação previstos em regulamentos específicos. O outro se constitui em um ator formal que opera para além do seu papel para cumprir um vazio institucional. Um dos atores precisa encontrar meios para além das suas possibilidades para cobrir um vazio gerado pelo outro ator, o qual justamente tem responsabilidades legais relacionados ao que deixa de cumprir.

Por fim, constatou-se que a organização autogerida analisada apresenta soluções interessantes para pensar a gestão pelas organizações públicas, principalmente ao ter maior flexibilidade no caso a caso e não manter protocolos tão rígidos quanto ao tempo de permanência e desenvolvimento pós violação de direitos das mulheres. Num contexto futuro, espera-se que o cenário de relações entre os entes públicos e as organizações autogeridas seja no sentido complementar. Há uma grande expectativa sobre a autogestão como forma de organização e a abertura por parte dos entes públicos para formas alternativas de pensar soluções para problemas emergentes e complexos.

Como sugestão para estudos futuros, sugere-se a ampliação do estudo para outras organizações contra hegemônicas que se relacionam com entes públicos tanto de forma simbiótica, quanto antibiótica ou mutualista, de modo a compreender as diferentes relações que emergem desses campos e quais as contribuições que podem gerar para o poder público e para a elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumentada-durante-a-pandemia-de-covid-19/> Acesso em 24 de Jul de 2022.

AGOSTINI, M. R. **O processo de inovação social como resposta aos vazios: uma análise multidimensional em diferentes contextos sociais.** [s.l: s.n.].

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology, *Qualitative Research in Psychology*, 3:2, 77-101, 2006.

CARMO, C. Sobrevivência urbana através de ocupações organizadas por (e para) mulheres Urban survival through occupations organized by (and for) women. **ERBS. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales**, v. 9, n. 1, p. 161–170, 2019.

CORDEIRO, N. Ação governamental e direitos das mulheres: abrigo para mulheres ameaçadas de morte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 259–294, ago. 2017.

CORLEY, Kevin G.; GIOIA, Dennis A.. Identity Ambiguity and Change in the Wake of a Corporate Spin-Off. **Administrative Science Quarterly**, Vol. 49, No. 2, pp. 173-208, Jun., 2004

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 19–48, 1989.

GAO, Cheng et al. Overcoming institutional voids: A reputation-based view of long-run survival. **Strategic Management Journal**, v. 38, n. 11, p. 2147-2167, 2017.

HAJER, M. Policy without polity? Policy analysis and the institutional void. **Policy Sciences**, v. 36, n. 2, p. 175–195, 2003.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de serviços sociais**. 2. ed. - Curitiba: Ibpx, 2008.

MAIR, J.; MARTI, I. Entrepreneurship in and around institutional voids: a case study from Bangladesh. **Journal of Business Venturing**, v. 24, n. 5, p. 419–435, 2009.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; SILVA, Joysinett Moraes da; FLORES, Rafael Kruter. Autogestão e Práticas Organizacionais Horizontalizadas: Amplificando Sinais. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte/MG, 18 a 20 de junho de 2008.

NASCIMENTO, Leandro da Silva; STEINBRUCH, Fernanda Kalil. “The interviews were transcribed”, but how? Reflections on management research. **RAUSP**, vol 54, n. 4, pp. 413-429, 2019.

OEA. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>

OLIVEIRA, Márcio de. MAIO, Eliane Rose. “Você Tentou Fechar As Pernas?” – A Cultura Machista Impregnada Nas Práticas Sociais”. **Polêmica UERJ**. V16, n.3. 2016

ROCHA, Bruno Lima. **Uma breve reflexão a respeito do final da Secretaria de Políticas para Mulheres no RS**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/538741-uma-breve-reflexao-a-respeito-do-final-da-secretaria-de-politicas-para-mulheres-no-rs>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ROSA, Júlia Gabriele Lima da; LIMA, Luciana Leite; AGUIAR, Rafael Barbosa de. **Políticas públicas: introdução [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

SENADO FEDERAL. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pdf/Relatrio_Violncia_Mulher_v9for_matado.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

STAKE, R. E. **The art of case study**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

VIANA, L. A. et al. Violência Contra a Mulher. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 4, p. 7, 2018.